SSOAR

Open Access Repository
www.ssoar.info

The ethics of authenticity in charles Taylor's multiculturalist conception

Gurgel Calvet da Silveira, Carlos Frederico

Veröffentlichungsversion / Published Version
Zeitschriftenartikel / journal article

Empfohlene Zitierung / Suggested Citation:
Gurgel Calvet da Silveira, C. F. (2012). The ethics of authenticity in charles Taylor's multiculturalist conception. *Lex Humana*, 2, 17-34. https://nbn-resolving.org/urn:nbn:de:0168-ssoar-330475

Nutzungsbedingungen:
Dieser Text wird unter einer CC BY-NC Lizenz (Namensnennung-Nicht-kommerziell) zur Verfügung gestellt. Nähere Auskünfte zu den CC-Lizenzen finden Sie hier:
https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.de

Terms of use:
This document is made available under a CC BY-NC Licence (Attribution-NonCommercial). For more Information see:
https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0

gesis
Leibniz-Institut
für Sozialwissenschaften

Mitglied der
Leibniz-Gemeinschaft

Lex Humana, Petrópolis, v. 4, n. 2, p. 17-34, 2012
ISSN 2175-0947

A ÉTICA DA AUTENTICIDADE NA CONCEPÇÃO MULTICULTURALISTA DE CHARLES TAYLOR[1]

THE ETHICS OF AUTHENTICITY IN CHARLES TAYLOR'S MULTICULTURALIST CONCEPTION*

*CARLOS FREDERICO GURGEL CALVET DA SILVEIRA***
*FELIPPE AUGUSTO DA CRUZ ROCHA****
*RAFAEL ESTEVES CARDOSO*****
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PETRÓPOLIS, BRASIL

Resumo: No pensamento de Charles Taylor, a relação entre autenticidade e multiculturalismo envolve elementos fundamentais da sociedade contemporânea, como a formação das identidades, a política do reconhecimento, a comunicação de massa. Embora polêmicos, tais conceitos ganham harmonia e coerência no pensamento de Taylor, graças a seu método filosófico que lhe permite o conhecimento histórico das mais importantes tradições que formam o pensamento ocidental. A autenticidade entendida como mera afirmação das individualidades gera um conflito para o bem comum, pois implicaria na própria ideia de exclusão e seu defeito estaria numa fundamentação errônea da autenticidade. A solução de Taylor consiste em assumir o conceito de autenticidade no sentido comunitário, isto é de pessoa, como ser naturalmente aberto ao próximo, lugar da realização do autêntico.

Palavras-chave: Multiculturalismo; Autenticidade; *Self;* Formação da Identidade; Charles Taylor.

---

1 O artigo foi desenvolvido no âmbito do grupo de pesquisa "Filosofia do Direito", da Universidade Católica de Petrópolis, o qual tem como finalidade investigar a possibilidade de uma metafísica jurídica e sua relação com a democracia, buscando a avaliação da existência de um elemento indisponível no Direito.

* Artigo recebido em 05/12/2012 e aprovado para publicação pelo Conselho Editorial em 20/12/2012.

** Doutor em Filosofia pela Pontificia Università San Tommaso (Roma). Professor do Mestrado em Direito da Universidade Católica de Petrópolis. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/4874832664252533. E-mail: carlos.silveira@ucp.br.

*** Graduando em Direito da Universidade Católica de Petrópolis. Bolsista de Iniciação Científica do CNPq. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/9072585896881181. E-mail: felippeaugustorocha@yahoo.com.

**** Mestrando em Direito da Universidade Católica de Petrópolis. Especializado em Direito Público Material pelo Centro Universitário de Araras Dr. Edmundo Ulson, Brasil. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/3369602013123625. E-mail: esteves.cardoso@gmail.com.

Abstract: In the thought of Charles Taylor, the relationship between authenticity and multiculturalism involves fundamental elements of contemporary society, such as the formation of identities, the politics of recognition, the mass communication. Although controversial, these concepts gain harmony and coherence in thought Taylor, thanks to his philosophical method of the historical knowledge of the most important traditions that form the Western thought. The authenticity understood as mere assertion of individuality creates a conflict for the common good, because it would imply the idea of exclusion and its default would be an erroneous fudamentation of authenticity. Taylor's solution is to take the concept of authenticity in the sense of community, that is to say, in the sense of the person, the being naturally open to others, the place of achievement of authenticity.

Keywords: Multiculturalism; Authenticity; Self; Formation of identities; Charles Taylor.

1. Considerações Iniciais

Charles Taylor é reconhecidamente um dos pensadores políticos mais influentes de nosso tempo. Sua reflexão acerca do ideal moderno da autenticidade é marcada por um surpreendente equilíbrio e soluções originais contrárias aos excessos do atomismo político e da razão instrumental. Esse equilíbrio se manifesta de modo especial nas condições teóricas por ele criadas para associar autenticidade e multiculturalismo. Como se sabe, a corrente multiculturalista faz uso da coletividade para explicar a condição individualidade da vida social, partindo da afirmação da cultura e compreensões de uma pessoa e seu grupo social.

A relação estabelecida por Charles Taylor entre autenticidade e multiculturalismo envolve elementos fundamentais da sociedade contemporânea, como a formação das identidades, a política do reconhecimento, a comunicação de massa. Com efeito, a era da informação permite a supressão ou redução de antigas barreiras de comunicação, ensejando a influência de múltiplos fenômenos sociais na construção do 'eu'. Neste momento da história, diferentes culturas são rapidamente disseminadas, permitindo com que ideias e valores sejam alocados com incrível velocidade e magnitude através dos atuais meios de comunicação, sobretudo do maior fenômeno de todos os tempos, as redes de computadores.

Entretanto, a rápida difusão de informações e o contato mais amplo entre agrupamentos sociais podem gerar conflitos entre as diferentes culturas, com a tentativa

dominação pelas culturas homogeneizantes, resistida pelas culturas minoritárias. Tal embate possui reflexos direitos na autodefinição dos sujeitos, que passam a dispor de elevada quantidade de elementos culturais para a construção de sua identidade, sobretudo nas sociedades liberais.

É sob este prisma, que Taylor procura desenvolver a sua ética da autenticidade, levando em conta a aglutinação dos indivíduos em grupos, ou ao menos, o fenômeno inevitável da informação, que influencia diretamente as culturas locais, e secundariamente os valores individuais.

Paralelamente à construção da identidade, figura a noção de reconhecimento, isto é, a forma pela qual a sociedade conceitua e atribui valor a um indivíduo, ou a um determinado grupo social. Entretanto, nota-se que a ausência desse reconhecimento pode até mesmo causar danos às pessoas ou comunidades, com a formação de uma imagem pejorativa destes, ensejando a construção de uma identidade inferiorizada.Desse modo, a percepção coletiva frequentemente pode produzir inverdades, vindo a se perpetuar ao longo do tempo, atribuindo indevidamente menor valor a determinados grupos, como o caso dos indígenas americanos, tidos por inferiores e ingênuos[2].

Sob tal prisma, fica patente a importância do reconhecimento na formação da identidade, seja do indivíduo ou de um grupo com interesses comuns, mesmo e, sobretudo nos casos de grupos que tenham sido socialmente rotulados erroneamente e de forma pejorativa.

Ademais, sustenta Taylor que a formação é fortemente influenciada por um ideal de autenticidade, que, no entanto, não deve ser compreendido como absoluto, desprovido de delimitações por horizontes de sentidos socialmente construídos, ou visto apenas como afirmação de individualidades, mas sim regido por determinados padrões éticos – pela a ética da autenticidade.

Nesse contexto, o objeto deste artigo consiste na avaliação do processo de construção da identidade dos indivíduos numa sociedade marcada pelo multiculturalismo, partindo da noção que a originalidade e autenticidade que envolvem tal processo devem ser delimitadas por uma ordem normativa de sentidos de uma comunidade.

2. A formação da identidade a partir do reconhecimento

2 DEAN, Warren. *A ferro e fogo.* São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 87.

2.1. O Contexto Social no Desenvolvimento Humano

O desenvolvimento humano em todos os seus estágios exige a criação e manutenção de relacionamentos interpessoais. O autodesenvolvimento não ocorre de forma individual. O contexto social deve ser levado em conta, apesar das constantes transformações que a sociedade vem sofrendo. Entretanto, Charles Taylor observa que as sociedade modernas são marcadas por um individualismo extremado, que pretende, de modo inadequado, prescindir de quaisquer referências externas ao sujeito para a definição da identidade das pessoas, seus valores e suas concepções de bem. Tal subjetivismo conduz ao atomismo social, conforme aduz Charles Taylor:

> Em sentido amplo, o termo atomismo é usado para caracterizar as doutrinas contratualistas que surgiram no século XVII e também doutrinas posteriores que talvez não tenham usado a noção de contrato social, porém herdaram uma visão da sociedade como um agregado de indivíduos a serviço de objetivos individuais. Algumas formas de utilitarismo são herdeiras dessas doutrinas. O termo aplica-se também às doutrinas contemporâneas que retomam a doutrina do contrato social, ou que tentaram defender as prioridades do indivíduo e seus direitos sobre o social, ou que apresentam uma visão puramente instrumental da sociedade[3].

Nesse sentido, as correntes atomistas preceituam que as ações, estruturas e condições sociais podem ser explicadas em termos individuais bem definidos, a partir das propriedades das pessoas que integram a sociedade. Ademais, os bens sociais devem ser vistos como meras concatenações dos bens individuais[4]. Assim, o atomismo vislumbra a sociedade como um agregado de indivíduos a serviço de objetivos individuais, atribuindo aos direitos individuais uma posição de primazia frente a qualquer princípio de pertença ou obrigação social.

Por consequência, o atomismo dá origem ao que Taylor denomina de *self* pontual, desvinculado de qualquer contexto social específico e preocupado apenas com a realização de seu plano de vida, descurando de possíveis objetivos socialmente construídos. No entanto, a perspectiva atomista não confere devida importância a um elemento estruturante das sociedades, qual seja, ao fato que as pessoas partilham compreensões comuns para que se considerem como pertencentes a um determinado agrupamento social. A própria noção que cada indivíduo possui um plano distinto de vida é resultado de uma cultura produzida em uma determinada sociedade. Assim, muitos aspectos essenciais da experiência humana, dentre os

---

3 TAYLOR, Charles. *El atomismo*, en Derecho y moral. Ensayos analíticos. Universidad Católica do Chile, 1990. Tradução livre dos autores.

4 TAYLOR, Charles. *Argumentos filosóficos*. São Paulo: Loyola, 2000, p. 197.

quais se destaca a política, não podem ser compreendidos sem a consideração de disposições dialógicas, estando diretamente ligadas a um plano irredutivelmente social.

Nesse sentido, a teoria holista de Taylor preconiza que o indivíduo não é autossuficiente, e que determinados bens têm significados necessariamente compartilhados, que não podem ser decompostos em experiências individuais. A sobrevivência humana depende da cooperação e do mutualismo, caso contrário, resta inviável a manutenção da sociedade humana. Com efeito, a estrutura de uma comunidade jamais seria plenamente justificada através de disposições monológicas, exigindo um conjunto de significações socialmente compartilhadas que não pode podem ser limitadas a cada um dos indivíduos que compõem o grupo social. O exemplo mais claro dessas configurações significativas compartilhadas é a própria linguagem utilizada pelos integrantes de uma sociedade.

Apesar disso, não se pode olvidar que o desenvolvimento pessoal necessita igualmente da autonomia individual. É ela que permite a formação de uma identidade, possível somente numa sociedade democrática. Dessa forma, Taylor reconhece o valor de um individualismo holista como "uma importante tendência de pensamento plenamente cônscia da inserção social (ontológica) dos agentes humanos, mas que, ao mesmo tempo, valoriza muito a liberdade e as diferenças individuais"[5].

Nesse contexto, torna-se relevante avaliar como as sociedades contemporâneas, eminentemente multiculturais, permitem a criação das identidades dos indivíduos e dos diversos grupos, sem a eliminação ou desprezo pelas culturas minoritárias. Na teoria de Charles Taylor, análise dessa questão passa necessariamente pela definição de uma política de reconhecimento, como será demonstrado no item seguinte.

2.2. O reconhecimento

A pluralidade de culturas e etnias em uma sociedade requer uma política de reconhecimento público das diferenças para a manutenção da coexistência dos diversos grupos sociais. Nota-se, ademais, que o reconhecimento, ou sua ausência, tem direta repercussão no delineamento da identidade dos indivíduos.

A relação entre identidade e reconhecimento funda-se no pressuposto que a vida humana tem um caráter fundamentalmente dialógico. De fato, o processo de autodeterminação individual parte estruturas socialmente estabelecidas, sendo aprimorado na

5 TAYLOR, Charles. *Argumentos filosóficos*. São Paulo: Loyola, 2000, p. 201.

interação com o outro. Aliás, o próprio valor de uma identidade é estabelecido por elementos externos, e não pelo próprio indivíduo, sendo, portanto, dependentes de um reconhecimento. Conforme assevera Semprini[6]:

> a percepção que um indivíduo tem de si mesmo e de sua individualidade depende de estruturas cognitivas, esquemas corporais, afinidades comuns e outras qualificações inscritas em um quadro que emerge somente no decurso de interação com os membros de seu grupo de pertença e dos outros grupos sociais. Em termos, a própria capacidade de um indivíduo pensar como indivíduo e definir as qualificações dessas individualidades é amplamente determinada por suas interações e experiências sociais [...]. O *self* individual é construído e ativamente negociado pelo indivíduo em suas interações com o outro.

Nesse sentido, sustenta Taylor[7] que:

> [...] a identidade é moldada em parte pelo reconhecimento ou por sua ausência, frequentemente pelo reconhecimento errôneo por parte de outros, de modo que uma pessoa ou grupo de pessoas pode sofrer reais danos, ou uma real distorção, se as pessoas ou sociedades ao redor deles lhes desenvolverem um quadro de si mesmas redutor, desmerecedor ou desprezível. O não-reconhecimento ou o reconhecimento errôneo podem causar danos, podem ser uma forma de opressão, aprisionando alguém numa modalidade de ser falsa, distorcida e redutora.

A interação intersubjetiva pode ser exercida não apenas para a formação de identidades individuais, mas também no plano social, por meio de uma política de reconhecimento igualitário das identidades coletivas, estabelecida no espaço público. De modo geral, a política do reconhecimento possui dois modelos básicos: a política de reconhecimento igualitário e a política de reconhecimento das diferenças[8].

De acordo com o primeiro modelo, todas as pessoas possuem igual dignidade e, portanto, devem possuir iguais direitos e titularidades que propiciem o desenvolvimento de sua autonomia. Tal política tem como objetivo mitigar a formação de cidadãos de segunda classe, desprovidos de determinados direitos, como os direitos econômicos e sociais, fundamentais para o exercício da cidadania. Entretanto, ao igualar os cidadãos a política de reconhecimento igualitário não dá a devida atenção às diferenças que integram a identidade de

6 SEMPRINI, Andrea. *Multuculturalismo*. Bauru: EDUSC, 1999, p. 102.
7 TAYLOR, Charles. *Argumentos filosóficos*. São Paulo: Loyola, 2000 p. 241.
8 TAYLOR, Charles. *Argumentos filosóficos*, p. 250.

indivíduos e grupos sociais e, assim, é vista como uma política homogeneizante dos grupos majoritários[9].

Por outro lado, a política de reconhecimento das diferenças, de caráter igualmente universalista, preconiza que a dignidade dos cidadãos exige justamente o oposto da política de reconhecimento igualitário, pugnando pelo reconhecimento da singularidades que identificam os grupos sociais ou os indivíduos.

Taylor, entretanto, reconhece a fraqueza de ambos os modelos. Desse modo, o autor propõe um reconhecimento das diferenças que não apenas permita a sobrevivência de uma cultura minoritária em uma sociedade, mas que reconheça seu valor[10], permitindo sua manutenção e efetiva influência na tomada de decisões coletivas e na construção coletiva de significados em uma sociedade democrática. O reconhecimento, assim, configura um ato de respeito e valorização de diferenças culturais, não um ato de condescendência de grupos majoritários.

Para a obtenção de tal fim, Taylor sugere uma fusão de horizontes, uma articulação pública entre concepções distintas de bem, na qual haveria a compreensão e aceitação dos elementos de percepções opostas, com o fim de formular uma visão comum e ampla de bem, publicamente compartilhada e não excludente, que abrangeria as concepções iniciais. Por essa fusão de horizontes,

> Aprendemos a nos movimentar num horizonte mais amplo em que aquilo que antes tínhamos por certo como a base da valoração pode ser situado como uma possibilidade ao lado da base diferente da cultura desconhecida. A fusão de horizontes opera por meio do desenvolvimento de novos vocabulários de comparação, voltados para articular esses novos contrastes. Assim, se e quando terminarmos por encontrar apoio substantivo para nossa suposição inicial, isso depende de uma avaliação do valor que possivelmente não teríamos condição de fazer no começo. Chegamos ao juízo em parte por meio da transformação de nossos padrões[11].

A valorização e compatibilização entre as culturas requer um diálogo, um conhecimento dos fatores que constituem cada grupo social. Segundo Taylor[12],

> […] o que o pressuposto exige de nós não são juízos de valor peremptórios e falsos, mas uma disposição para nos abrirmos ao estudo comparativo das culturas que nos obriga a deslocar nossos horizontes nas fusões resultantes. Acima de tudo, exige que admitamos que estamos muito aquém desses horizontes, pelos quais o valor de diversas culturas poderá ser evidenciado.

9 TAYLOR, Charles. *Argumentos filosóficos*, p. 254.
10 TAYLOR, Charles. *Argumentos filosóficos*. São Paulo: Loyola, 2000, p. 268.
11 TAYLOR, Charles. *Argumentos filosóficos*, p. 271.
12 TAYLOR, Charles. *Argumentos filosóficos,* p. 207.

Desse modo, Taylor busca um meio-termo entre a "exigência inautêntica e homogeneizante do reconhecimento de igual valor, e um lado, e o afrouxamento em padrões etnocêntricos do outro. Há outras culturas, e temos que viver juntos cada vez mais, tanto em escala mundial como na convivência no interior de cada sociedade"[13].

Tais políticas de reconhecimento, conforme já registrado, fornecem parâmetros formação das identidades individuais, que devem ser adequadas às estruturas sociais de significado e não mais uma mera afirmação absoluta de individualidades, em um subjetivismo extremo, como será avaliado na seção seguinte.

3. A Busca pela Autenticidade

Segundo Taylor[14], a questão da identidade e reconhecimento decorrem de algumas transformações nas sociedades modernas. Dentre elas, destaca-se a queda das hierarquias sociais do antigo regime, que ensejavam desigualdades vinculadas ao conceito de honras, atribuídas apenas a indivíduos situados em uma posição superior na sociedade. A ideia de honra, elemento essencial na construção da identidade, foi substituída pela moderna noção de dignidade, que recebeu um sentido universalista, sendo reconhecida a todas as pessoas.

Ademais, a partir do século XVIII a identidade assume novos contornos, passando a ser devidamente individualizada a partir de nova ótica. Sua formação deixa de ser externa, baseada na honra, e passa a ser interna, fundamentada na dignidade de cada um, fazendo com que o próprio indivíduo a colmate, e não mais, a partir da percepção de forças exteriores; e após, estabelecendo rótulos, inclusive através da honra.

Tal construção individualizada da identidade tem como origem a noção de que "os seres humanos são dotados de um sentido moral, de um sentimento intuitivo acerca do que é certo ou errado"[15]. Assim, as fontes morais deixam de ser buscadas na realidade significativa das coisas, no âmbito externo, passando a ser encontradas na própria razão, como sugere a noção do *cogito* cartesiano. Desse modo, as virtudes são construídas na interioridade individual, deixando de ser conquistadas no espaço público[16].

13 TAYLOR, Charles. *Argumentos filosóficos*. São Paulo: Loyola, 2000, p. 273.
14 TAYLOR, Charles. *Argumentos filosóficos*, p. 242.
15 TAYLOR, Charles. *Argumentos filosóficos*. São Paulo: Loyola, 2000, p. 243.
16 TAYLOR, Charles. *Argumentos filosóficos*, p. 17.

Esse deslocamento da ênfase moral para o âmbito interior, individual, passa a ser considerado como essencial ao ser pleno na busca de uma autenticidade, reforçada pela ideia de Herder que cada ser humano tem sua própria medida, isto é, que cada pessoa tem um modo específico e original de ser humano[17].

Surge, assim, o princípio da originalidade, segundo o qual "cada voz tem algo peculiar a dizer. Não só não devo moldar minha vida de acordo com as exigências de conformidade externa, como sequer posso encontrar fora de mim o modelo pelo qual viver"[18].

O subjetivismo é reforçado pela mobilidade existente nas sociedades modernas. Segundo Taylor, a facilidade com que os indivíduos transpassam as fronteiras de cidades e países, seguindo oportunidades de emprego, por exemplo, é ampliada na modernidade. Com isso, antigos laços entre as pessoas são rompidos, gerando um "contanto muito mais impessoal e casual no lugar de relações mais intensas, cara a cara"[19].

A construção da identidade passa a se fundamentar no empirismo do próprio eu, e não mais através da difusão do pensamento de terceiros. Nessa nova construção, deparamos com o problema da autenticidade, capaz de suprir as indagações oriundas deste individualismo moderno.

A criação da própria identidade passa a exigir o reconhecimento de nós mesmos, através da autodefinição. Nessa descoberta, a originalidade se faz necessária, caso contrário, o homem estará simplesmente absorvendo e replicando tudo que se encontra à sua volta, ou que tenha poder de influenciá-lo na construção do eu. O indivíduo assume cabalmente o encargo de definição de sua identidade e dos critérios para sua busca do bem, a partir de uma representação interna do mundo. Passamos de um período em que regras externas moldaram o homem, para outra, que passa a rechaçar qualquer influência externa. A autenticidade passa a ser entendida como um fim em si mesmo, sendo uma forma de satisfação intrínseca ao homem. Além disso, a descoberta dessa identidade autocentrada é feita através da manifestação, da expressão de um determinado modo de vida em discursos e ações tidas pelo sujeito como originais. Daí surge o "expressivismo" da noção moderna do indivíduo, como afirma Taylor[20].

Entretanto, a interioridade contribui para o desengajamento da razão. A própria compreensão da natureza e do pensamento sofre um processo de interiorização, abstraindo-se

17 TAYLOR, Charles. *Argumentos filosóficos*, p. 245.
18 TAYLOR, Charles. *Argumentos filosóficos*, p. 245.
19 TAYLOR, Charles. *A ética da autenticidade*. São Paulo: É Realizações, 2011, p. 66.
20 TAYLOR, Charles. *A ética da autenticidade*, p. 69.

dos objetos e do espaço que circunda o indivíduo. Nesse contexto, o foco das ciências torna-se a ordenação do pensamento, e não a vinculação entre pensamento e objeto.

Esse individualismo exacerbado na formulação da identidade constitui uns dos problemas morais das sociedades contemporâneas, pois abandonam estruturas que conferiam sentido ao mundo e às ações humanas, gerando um processo de desencantamento do mundo[21]. Tal desinteresse pelo outro leva à tomada de decisões com base em um razão instrumental, que avalia apenas a relação custo-benefício, no máximo benefício, descurando do valor intrínseco dos seres humanos e demais critérios e objetivos mais elevados. Esse não reconhecimento de horizontes de valor, com a perda do interesse pela sociedade por outras pessoas, aliado ao individualismo exagerado, tem como consequência com a redução na participação na política com o fim de construir objetivos sociais comuns.

Curiosamente, a ênfase na possibilidade de escolhas do indivíduo na formação de sua identidade, com ampliação do espaço privado, enseja uma perda de liberdade na determinação dos fins coletivos, gerando um despotismo brando, como já alertava Tocqueville:

> Penso, assim, que o tipo de opressão de que os povos democráticos estão ameaçados se assemelhará a nada que o tenha precedido no mundo [...]. Eu vejo uma incontável multidão de homens parecidos que girarão em torno de si mesmos sem repouso, em busca dos pequenos e vulgares prazeres com os quais eles ocupam as suas almas [...] como um estranho para o destino dos demais [...]. Cada um existe somente para si mesmo e em si mesmo [...]. Acima deles, um imenso poder tutelar se eleva, que, só, toma para si a responsabilidade de assegurar seus prazeres e de vigiar os seus destinos. É absoluto, detalhado, regular, onisciente e moderado, [...] procura apenas mantê-los irrevogavelmente na infância[22].

No entanto, Charles Taylor reconhece o valor de um individualismo, mas que seja delimitado por estruturas de sentido, o que permitiria a superação do atomismo e do *self* pontual ou desengajado.

Nesse sentido, a autenticidade deve se amparar em alguns princípios, em horizontes significativos socialmente construídos. Na construção dessa nova realidade, deve-se atentar para a abertura aos horizontes de significado, visto que de outro modo à criação perde o pano de fundo que pode salva-la da insignificância. A construção da identidade é, destarte, construída com base no diálogo, e não apenas com apoio na originalidade individual.

---

21 MORAIS, Alexander Almeida. A concepção de Charles Taylor de uma ética da autenticidade unida a uma política do reconhecimento. *Revista Filosofia Capital*, Brasília, v. 6, n. 13, p. 03-12, jul/2011, p. 05.

22 TOCQUEVILLE, Alexis de. Democracia na América. São Paulo: Nacional, 1969, p. 223.

Diferentemente, posicionam-se Derrida, Foucault, dentre outros, que se preocuparam apenas em construir a partir de uma desconstrução, exigindo oposição às regras da sociedade até então presentes no contexto social. A partir desta evidente contradição que a teoria de Charles Taylor ganha força, sendo capaz de articular autenticidade aos valores até então presentes no seio da sociedade. Segundo o autor,

> Este traço decisivo da vida humana é seu caráter fundamentalmente dialógico. Transformamo-nos em agentes plenamente humanos, capazes de nos compreendermos a nós mesmos e, assim, de definir a nossa identidade por meio da aquisição de linguagem enriquecedoras para nos expressarmos. Para os meus propósitos sobre este ponto, eu gostaria de usar o termo linguagem na sua forma mais flexível, abrangendo não apenas as palavras que falamos, mas também outros modos de expressão com os quais nos definimos, e entre eles incluem a "linguagem" da arte , gesto, amor e similares. Mas aprendemos essas formas de expressão através de nosso intercâmbio com os outros. As pessoas, por si sós, não adquirem as linguagens necessárias para a autodefinição. Pelo contrário, entramos em contato com elas pela interação com outros que são importantes para nós: o que George Herbert Mead chamou os "outros significativos".

A partir destas reflexões de Mead, Taylor procura recuperar uma perspectiva da linguagem que garanta aos interlocutores uma dimensão objetiva, descoberta no diálogo:

> A gênese da mente humana não é, neste sentido, monológica (não é algo que cada qual faz por si só), mas dialógica. Além disso, este não é apenas um fato sobre a gênese que depois possamos esquecer. Não aprendemos simplesmente as linguagens no diálogo e, em seguida, continuamos a usá-las para nossos próprios fins. É claro que se espera de nós que desenvolvamos nossa própria opinião, perspectiva e atitude em relação às coisas, em grau considerável, por meio de reflexão solitária. Mas não é assim que as coisas acontecem em questões importantes, como a definição de nossa identidade. Sempre definimos a nossa identidade em diálogo com as coisas que nossos outros significantes desejam ver em nós, e às vezes em luta com elas. E mesmo depois de ter deixado para trás alguns desses outros, por exemplo, nossos pais, e desaparecem de nossas vidas, a conversa com eles continuará dentro de nós enquanto vivamos [23].

Destarte, o valor ético da autenticidade de Taylor postula, sem ambiguidades, uma abertura a horizontes de sentido e não mera oposição a valores de determinada sociedade. Por isso, a autenticidade defendida pelo filósofo canadense supõe alguns princípios:

> (A) Envolve (i) criação e construção, assim como descoberta, (ii) originalidade e, frequentemente, (iii) oposição às regras da sociedade e

[23] TAYLOR, CHARLES. *El multiculturalismo y la política del reconocimiento*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1993, p.26-27. Tradução livre dos autores.

> mesmo potencialmente ao que reconhecemos como moralidade. Contudo, também é verdade, como vimos, que (B) requer (i) abertura aos horizontes de significado (visto que de outro modo a criação perde o pano de fundo que pode salvá-la da insignificância) e (ii) uma autodefinição no diálogo[24].

A noção de autenticidade, portanto, não é rejeitada por Taylor. Ao revés, a participação do indivíduo na construção de sua identidade é uma valorosa conquista da sociedade moderna que não pode ser desprezada. No entanto, a autenticidade não pode ser sustentada em uma identidade autorreferencial, baseando-se apenas em um subjetivismo extremado, devendo ser delineada através de um diálogo com uma ordem normativa de regras e usos socialmente estabelecida, a qual o indivíduo deve adaptar-se. Assim, a "escolha deste ou daquele modo de viver, que efetivamente fazemos, se dá, portanto, dentro de uma sociedade institucionalizada, que delimita nossos graus de liberdade"[25].

O tema da construção do sujeito e da autenticidade reveste-se, pois, de capital importância justamente porque o comunitarismo pretende defender os ideais de bem comum a partir de uma defesa da instância contemporânea do ser autêntico em oposição às tendências individualistas presentes seja no pensamento liberal seja nas variadas formas de desconstrutivismo.

Desse modo, assumir a própria identidade no contexto de sua cultura, isto é, da tradição na qual o indivíduo está inserido é a base da autenticidade e é a partir deste diálogo que se torna possível a constituição das identidades. Trata-se aqui do que Taylor chama de uma autodefinição no diálogo.

A conciliação de uma pessoa com os valores contidos na sociedade à qual ela pertence, conforme proposto por Taylor, aproxima-se à teoria de MacIntyre. Este autor afirma que o indivíduo está situado em uma das quatro grandes tradições que prevaleceram no ocidente: a aristotélica, a agostinista, a escocesa, e a liberal. A tomada coletiva de decisões exige inicialmente que cada indivíduo reconheça e assuma a tradição em que está inserido. A partir disso, cada um deverá compreender a tradição das outras pessoas em um diálogo nos termos da tradição destas últimas, e não com base nos termos de sua própria tradição, o que requer uma "tradução das tradições', conforme afirma MacIntyre. Somente deste modo seriam possíveis o diálogo e o consenso coletivos.

3.1. O *Self* na Identidade

24 TAYLOR, Charles. *A Ética da Autenticidade*, p. 73.

25 OLIVEIRA, Isabel de Assis Ribeiro. O mal-estar contemporâneo na perspectiva de Charles Taylor. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: ANPOCS, 2006, v. 21, n° 60. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S102-69092006000100008.

A primeira questão a ser abordada, na construção do *self,* advém do questionamento formulado por Taylor, "que é a minha identidade"? Segundo o autor canadense, a resposta a este questionamento não pode ser reduzida a termos naturalistas, com explicações meramente genealógicas ou históricas, sendo fundamental a realização de escolhas promovidas pelas pessoas dentro de um horizonte de sentidos. De fato, a identidade

> [...] não pode ser dada por qualquer lista de propriedade acerca da minha descrição física, origem, educação, capacidade, etc. Tudo isso pode figurar na minha identidade, mas só como presumido em certo sentido. Se o meu ser pertence a certa linhagem que é para mim de central importância, se eu estou orgulhoso dela, e a vejo como me outorgando ser membro de certo grupo de pessoas que eu vejo definidas por determinadas qualidades as quais valorizo em mim mesmo, como um agente, e que vêm ao meu encontro através desse meio de pessoas, então tal grupo fará parte da minha identidade. Isto será fortificado se eu acreditar que as qualidades morais dos homens são em grande parte nutridas pelo seu meio, e que se voltar contra ele é rejeitar a si mesmo de um modo contundente[26].

O indivíduo encontra sua referência no próprio *self*, sendo autônomo das redes de interlocução. O indivíduo está em permanente busca de sentido para sua existência. Esta construção está intimamente relacionada ao processo cognitivo, sendo visceral para a consolidação do *self*, assim descreve Clancey:

> Na cognição situada, um dos conceitos fundamentais é de que os processos cognitivos são casualmente sociais e neurais. Uma pessoa é obviamente parte de uma sociedade, mas os efeitos causais nos processos de aprendizagem podem ser entendidos como bidirecional[27].

Neste processo que se permite a compreensão do que é realmente importante para nós. Todavia este processo favorece o narcisismo, em que nenhuma demanda externa vem a obter o devido reconhecimento ao *self*.

É neste panorama que há a consolidação do individualismo moderno. Diante disso, que vamos trabalhando as nossas opiniões e crenças, dando ensejo à autenticidade. Este conceito está entranhado na busca pela autorrealização, no qual Taylor estabelece três premissas: (1) que a autenticidade é verdadeiramente um ideal que vale a pena defender; (2)

---

26 TAYLOR, Charles. What is human agency? In Human agency and language. Philosophical papers. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 24. Apud: ARAUJO, Paulo Roberto. *Charles Taylor: para uma ética do reconhecimento*. São Paulo: Loyola, 2004, p.97.

27 CLANCEY, William J. Scientific Antecedents of Situated Cognition. *Apud*: ROBBINS, P.; AYEDE, M. (Orgs.). The Cambridge handbook of situated cognition, 2009, p. 12.

que você pode estabelecer e razão de que ela trata; e (3) que esse tipo de argumento pode fazer diferença na prática.

Estes elementos subjetivos estão compreendidos na razão instrumental, mecanismo este, impessoal, no qual Weber denominou de 'jaula de ferro'. Por fim, cabe dizer que este cenário vem a culminar na autoindulgência, que está a cada momento mais presente na sociedade. Nesta perspectiva, a sociedade passa a refletir esta anomia que leva ao enfraquecimento da democracia, e fortalece uma unidade de governo que tende a subjugar seus cidadãos.

3.2. Avaliação Forte na Identidade

A identidade, como registrado, deve ser tratada como uma construção social, na qual o indivíduo busca o autoconhecimento e a definição de seus objetivos a partir de avaliações e descriminações valorativas sobre si, sobre seus desejos e sobre a relação destes com os elementos da comunidade que o circunda.

A avaliação dos desejos, entretanto, não deve ser feita por uma perspectiva fraca, na qual inexistem sentidos valorativos das aspirações humanas, sendo a ação conduzida por meros impulsos ou cálculos quantitativos de benefícios, como preconiza o utilitarismo.

A avaliação forte está centrada no modo reflexivo dos desejos, estes que vêm a culminar nas expressões valorativas da identidade. Tal conceito, segundo Taylor, reside sobre os desejos e crenças de alguém. A avaliação forte depende, segundo Taylor, de "discriminações acerca do certo e errado, melhor ou pior, mais elevado ou menos elevado, que são validadas por nossos desejos, inclinações e escolhas, mas existem independentemente destes e oferecem padrões pelos quais podem ser julgados"[28]. A estrutura do *self*, portanto, é diretamente influenciada por fatores externos, por orientações morais, ainda que imperceptíveis ao sujeito, que servem como base para a construção da identidade.

Dessa forma, a identidade

> [...] é definida pelos compromissos e identificações que proporcionam a estrutura ou horizonte em cujo âmbito posso tentar determinar caso a caso o que é bom, ou valioso, ou o que se deveria fazer ou aquilo que endosso ou

28 TAYLOR, Charles. *As Fontes do* Self. A construção da identidade moderna. 3.ed. São Paulo: Loyola, 2011, p. 17.

> a que me oponho. Em outros termos, trata-se do horizonte dentro do qual sou capaz de tomar uma posição[29].

Portanto, os desejos quando confrontados que resultam num parâmetro significativo de si mesmo. Nesta descrição, tende-se a usar da linguagem, este último elemento, fulcral, na formatação da identidade.

> Em poucas palavras, um *self* só existe numa rede de interlocução, por referência a uma comunidade, definindo-se a identidade de cada um pelo horizonte em face do qual se posiciona. E como esta identidade vai se transformando ao longo da vida, sua integridade depende do modo como vai sendo narrada[30].

A avaliação forte é de extrema importância para estruturar o *self* através do desejo. O desejo do *self* vem a ser secundário sob o prisma da avaliação forte, conforme avaliação de Taylor. A avaliação do *self* traz em seu bojo a capacidade de articulação com a identidade do indivíduo. De forma não menos interessante, o indivíduo toma decisões que lhe não venham simplesmente trazer alguma forma de prazer. A partir disso, as escolhas passam a estar atreladas à nossa intuição, na qual nos fundamentaremos em nossa classificação do que seja bom ou não.

O *self* está intimamente ligado à autenticidade. Taylor explicita no que diz respeito à matéria ou ao conteúdo da ação do indivíduo será balizado pela orientação do indivíduo, que vem a coadunar com o ideal de autenticidade, servindo de referência, conduzindo os desejos e ambições.

Todavia, a matéria é de fácil entendimento, pois o *self* é de ordem objetiva, enquanto que a liberdade autodeterminante é subjetiva, engendrado e si da autenticidade. Então, é neste embate que se dá a formação da identidade do indivíduo.

Taylor atenta que a autenticidade é uma ação em que se origina em se verdadeiro a nós mesmos, com isso, para ele só é possível alcançá-lo integralmente se houver o reconhecimento que há algo maior que necessita estar conectado a este sentimento. Talvez esse seja o grande desfio, articular o *self* a estrutura externa que compõe o todo.

4. Considerações finais

29 TAYLOR, Charles. *As Fontes do* Self, p. 44.

30 OLIVEIRA, Isabel de Assis Ribeiro. O mal-estar contemporâneo na perspectiva de Charles Taylor. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: ANPOCS, 2006, v. 21, n° 60. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S102-69092006000100008.

Conforme o diagnóstico formulado por Charles Taylor, as sociedades contemporâneas são marcadas por um individualismo exacerbado. Por trás dessa ideia de individualismo, há uma percepção equivocada de autenticidade, relacionada à noção de originalidade, pela qual os indivíduos constroem sua identidade por processos meramente monológicos, abandonando nesse percurso quaisquer horizontes de significação.

Essa ausência de referências externas na busca de autodeterminação e autodefinição leva à diminuição do valor do outro e da sociedade. O sujeito passa a utilizar uma razão instrumental, com o objetivo principal de alcançar sua realização pessoal, sem maiores considerações sobre objetivos comuns. Há, por conseguinte, um desinteresse pelo espaço público e um aumento inadequado da esfera da intimidade.

Charles Taylor, no entanto, afirma que o ideal de autenticidade só será plenamente realizado se orientado por determinados parâmetros objetivos, externos ao sujeito, que servem de critério para a valoração das ações individuais. Dessa forma, a autenticidade é reforçada pelo diálogo, por um reconhecimento social. O indivíduo só será capaz de formar sua identidade através diálogos com outros indivíduos e com os elementos da ordem normativa da sociedade na qual está inserido.

A identidade, portanto, envolve não apenas a criação e a originalidade de cada indivíduo, sendo diretamente influenciada pelo diálogo de uma determinada comunidade, que fornece os horizontes de sentido e uma ética para a delimitação dos processos de identificação das pessoas e dos agrupamentos sociais.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Paulo Roberto M. *Charles Taylor: para uma ética do reconhecimento.* São Paulo: Loyola, 2004.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo.* São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 87.

LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da; KLEIN, Herbert. *Escravismo em São Paulo e Minas Gerais*. Edusp, 2009.

MORAIS, Alexander Almeida. A concepção de Charles Taylor de uma ética da autenticidade unida a uma política do reconhecimento. *Revista Filosofia Capital*, Brasília, v. 6, n. 13, p. 03-12, jul/2011.

NARLOCH, Leandro. *Guia politicamente incorreto da história do Brasil*. São Paulo: Leya, 2011.

OLIVEIRA, Isabel de Assis Ribeiro. O mal-estar contemporâneo na perspectiva de Charles Taylor. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: ANPOCS, 2006, v. 21, n° 60. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S102-69092006000100008.

PASCAL, Georges. *O pensamento de Kant.* Trad. Raimundo Vier. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

RAWLS, John. *Justiça e democracia.* São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ROBBINS, P.; AYEDE, M. (Orgs.). *The Cambridge handbook of situated cognition.* Cambridege: Cambridge University Press, 2009.

SANDEL, Michael J. *Justiça – o que é fazer a coisa certa*. 5. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

SARTRE, Jean-Paul. Merleau-Ponty vivant. *Les Temps Modernes*, número especial, 1961.

SEMPRINI, Andrea. *Multiculturalismo*. Bauru: EDUSC, 1999.

TAYLOR, Charles. *A ética da autenticidade.* São Paulo: É Realizações, 2011.

_____. *El multiculturalismo y la política del reconocimiento.* Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

_____. *El atomismo*, en Derecho y moral. Ensayos analíticos. Universidad Católica do Chile, 1990.

_____. *Argumentos Filosóficos.* Tradução: Adail Sobral. São Paulo: Loyola, 2000.

_____. *Hegel e a Sociedade Moderna*. Tradução: Luciana Pudenzi. São Paulo: Loyola, 2005.

_____. *Uma Era Secular.* Tradução: Nélio Schneider e Luzia Araújo. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2010.

_____. *As Fontes do* Self. A construção da identidade moderna. Tradução: Adail Sobral e Dinah Azevedo. 3ed. São Paulo: Loyola, 2011.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *Democracia na América*. São Paulo: Nacional, 1969.